

**COMISSÃO DE CULTURA**  
Do Sr. Chico D' Angelo

**REQUERIMENTO Nº**

Solicita realização de Audiência Pública para discutir a decisão do Ministério da Cultura em obter a cessão do Armazém Docas Pedro II, causando prejuízos e inviabilizando a implantação do Museu da Escravidão e da Liberdade no município do Rio de Janeiro

Prezados Senhores,

Requeiro, nos termos regimentais, ouvido o plenário dessa Comissão, a realização de reunião de Audiência Pública nesta Comissão Permanente para discutir a decisão do Ministério da Cultura em obter a cessão do Armazém Docas Pedro II, causando prejuízos e inviabilizando a implantação do Museu da Escravidão e da Liberdade no município do Rio de Janeiro.

**JUSTIFICAÇÃO**

A Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro anunciou no início de sua gestão em 2017, a criação de um Museu dedicado à história e ao legado da escravidão no Rio de Janeiro. Devido ao alcance social e importância do projeto o mesmo foi eleito como um dos 13 projetos estratégicos da Prefeitura do Rio de Janeiro.

O órgão federal de defesa e fiscalização do Patrimônio Material e Imaterial Brasileiro, o IPHAN sempre esteve presente nessa construção coletiva em prol da preservação da memória afrodescendente no Brasil, cujo o foco para a instalação do futuro museu é o Cais do Valongo, elevado a Patrimônio Mundial em 09 de julho de 2017. A construção de

um centro de interpretação para o Valongo, dentro do Museu da Escravidão e da Liberdade (MEL), no Armazém Docas Pedro II, foi compromisso assumido por ambas as instituições, IPHAN e Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro perante a UNESCO.

Ocorre que recentemente o Ministério da Cultura anunciou a decisão em obter a cessão do Armazém Docas Pedro II para si, no sentido de interromper o processo de cessão de uso em tramitação da Secretaria do Patrimônio da União para a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/ Secretaria Municipal de Cultura. Tal decisão está causando grandes prejuízos à implantação do Museu da Escravidão e da Liberdade e do Centro de Interpretação do Velongo. Aportes privados já acordados para a implantação desses empreendimentos estão em risco, desde que a posse do imóvel é fator de segurança nessas transações.

Face a tudo que foi exposto e esclarecido, solicitamos que o Ministério da Cultura esclareça para essa comissão permanente essa decisão anunciada que inviabiliza completamente a construção desse projeto de extrema importância histórica na cidade do Rio de Janeiro.

Sala das Comissões,

Chico D'Angelo PDT/RJ